

Na crise da dívida, o perigo do estouro financeiro.

Aumentam as incertezas quanto ao futuro da dívida externa dos países latino-americanos depois que o Plano Cruzado fracassou. O Equador disse que simplesmente não pode pagar os juros atrasados; o Peru impôs condições para saldar seus compromissos; Argentina e Venezuela pleitearam melhor tratamento; e o Chile encontrou resistências do Citibank, o maior banco dos Estados Unidos, na renegociação. A crise da dívida pode culminar numa comoção financeira que a ninguém interessa — tanto assim que as autoridades monetárias norteamericanas tentam demover o Citibank de sua atitude inflexível para com o Chile, noticiou o *Wall Street Journal*.

Nesse quadro sombrio, a nota alentadora parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de um consórcio de bancos suecos que, em conjunto, concederam à estatal peruana Electropéru um empréstimo de US\$ 69,9 milhões para a conclusão de uma hidrelétrica, construção de linhas de transmissão de eletricidade e conexão de linhas entre hidrelétricas. O Peru terá prazo de 20 anos para liquidar o débito, sobre o qual incidem juros sempre inferiores aos em vigor no mercado financeiro, informou ontem o ministro da Economia e Finanças, Luís Alva Castro.

"Isso mostra ao mundo que nossa posição de soberania e independência em relação à dívida externa está sendo pouco a pouco compreendida e que o Peru pode conseguir que a comunidade internacional financeira seu desenvolvimento sem o país se sujeitar à política e receitas do Fundo Monetário Internacional", disse Alva Castro.

Eis a postura do Peru quanto à sua dívida externa, de US\$ 14 bilhões: pagar o serviço apenas com o equivalente a 10% de suas exportações. Como consequência, o FMI declarou o país "não habilitado" a receber novos empréstimos. Mas o BID ignora a re-

comendação, tanto assim que nos últimos meses desembolsou mais de US\$ 70 milhões para diversos projetos do Peru e aprovou créditos de US\$ 800 milhões — dos quais falta desembolsar US\$ 400 milhões.

Simples exceção

A exceção do Peru serve apenas para confirmar a regra de que não é fácil conseguir dinheiro lá fora quando se tem débitos difíceis (ou impossíveis) de liquidar. E um dos entraves é o Citibank, a maior instituição financeira privada dos EUA: dificulta as coisas para o Chile, que está negociando em Nova York para cobrir necessidades da ordem de US\$ 650 milhões no período 1987-88. Os negociadores chilenos haviam proposto a fórmula pela qual se reduziriam os juros e se introduziriam variações no ritmo de pagamentos, para superar o drama representado por uma parcela importante do débito. Mas, segundo se noticiou, o Citibank se opôs tenazmente e causou o fracasso do plano, embora outros membros do comitê bancário encarregado do encaminhamento dos entendimentos estivessem de acordo.

O *Wall Street Journal* noticiou, citando altos funcionários da Casa Branca, que o Citibank é pelo menos um dos fatores que motivam a relutância dos bancos médios e pequenos em fechar o pacote financeiro de US\$ 6 bilhões com o México. Diz que as autoridades exprimiram este temor: se o Citibank continua com sua posição inflexível, podem reativar-se tensões em países de dívidas vultosas, como o México e a Venezuela.

Outra informação do jornal: o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, telefonou várias vezes ao presidente do Citicorp (proprietário do Citibank), John Reed, pedindo seu abrandamento. E também o presidente do Banco Central dos EUA, Paul Volcker, se preocupa com a inflexibilidade.

Outros receios

Os meios financeiros não ocultam sua preocupação com o difícil quadro político-econômico do Brasil, cujo programa de recuperação e estabilização fracassou e cuja balança comercial se deteriora. A troca do presidente do Banco Central, Fernão Bracher, por Francisco Gros, acrescenta mais um dado de incerteza — e os círculos dos bancos privados chegam a recear que o Brasil endureça sua posição na renegociação da dívida externa de US\$ 108 bilhões.

Certo endurecimento se observa no caso do Equador (até então o devedor mais confiável) e nas posições da Argentina e Venezuela, que negociam em Nova York: os dois países querem um novo tratamento para a taxa de riscos (*spread*); e o Equador já disse que ficam suspensos temporariamente os pagamentos dos juros de sua dívida, situada em torno de US\$ 9 bilhões.

A atitude do Equador abre um mau precedente, dizem bancos privados norte-americanos, pois pode induzir outros países com problemas de liquidez a seguir seu exemplo. E sob o mesmo argumento: será impossível pagar a dívida externa "caso persistam as barreiras e as injustiças no comércio exterior", conforme disse anteontem o presidente equatoriano León Febres Cordero.

Com seu pronunciamento, Febres Cordero tornou apenas mais audíveis as queixas do governo do presidente José Sarney: a quase totalidade do superávit conseguido pelo Brasil nos tempos de grande esforço exportador destinou-se ao pagamento dos juros, não deixando saldos para fomentar o desenvolvimento econômico e social. As queixas podem ser repetidas por todos os países latino-americanos cuja dívida externa, somada, situa-se em torno em US\$ 400 bilhões.